



**Ministério das Finanças
e do Fomento Empresarial**

**Direção Nacional do Orçamento
e da Contabilidade Pública**

OE 2024

SINTESE INFORMATIVA DA EXECUÇÃO DE ABRIL

Mai 2024

ÍNDICE

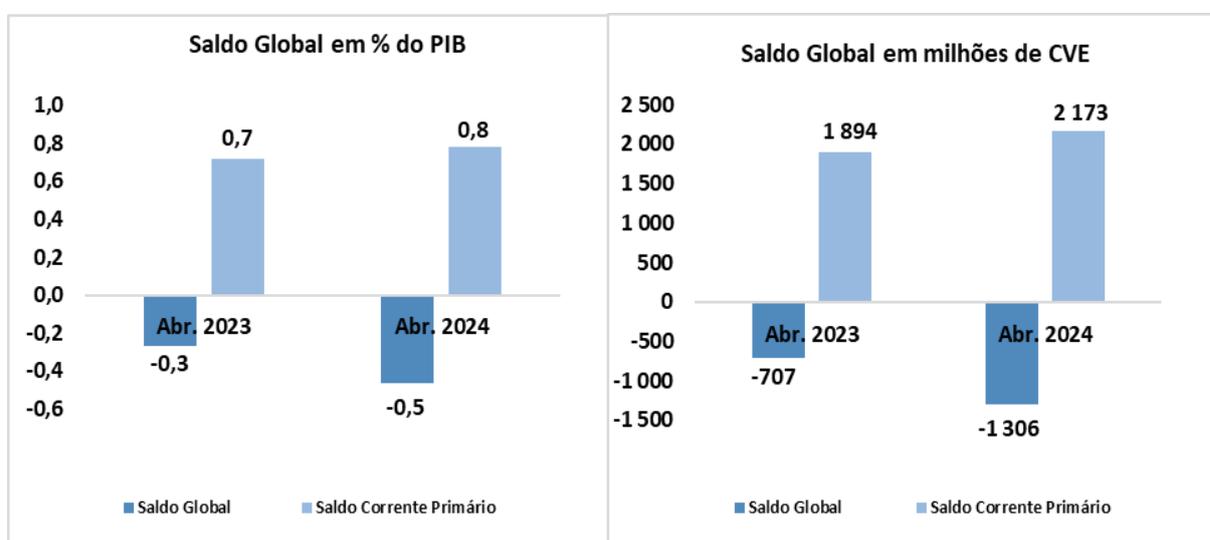
1.	Síntese Geral de Execução Orçamental	3
2.	Análise das Receitas Totais	5
2.1.	Receitas (não inclui venda de ativos)	6
2.2.	Venda de Ativos Não Financeiros	9
3.	Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros	9
3.1.	Por Classificação Económica	9
3.2.	Despesas	10
3.2.1.	Ativos Não Financeiros	13
3.3.	Por Tipo de Financiamento	13
4.	Dívida Pública	15

1. Síntese Geral de Execução Orçamental

O Saldo Global provisório, em abril de 2024, foi negativo em 1.306,4 milhões de CVE, traduzindo-se num deficit de 0,5% do PIB. Esse resultado traduziu-se num agravamento do défice de 0,2 p.p. comparativamente ao mesmo período de 2023.

Relativamente ao saldo corrente primário em percentagem do PIB, regista-se uma melhoria de 0,1 p.p., face ao período homólogo, fixando-se em 0,8%, decorrente da melhoria da performance das receitas arrecadadas.

Gráfico 1 - Evolução dos Saldos



Fonte: MFFE – DNOCP

Os resultados provisórios da execução orçamental em abril de 2024, comparativamente ao mesmo período de 2023, decorrem:

- do aumento das receitas totais em 10,1% (+1.857,5 milhões de CVE), registando uma evolução positiva em diferentes agregados;
- do acréscimo das despesas totais em 9,9% (+1.825,7 milhões de CVE), registando aumento em quase todas as rubricas, com exceção dos subsídios;
- do acréscimo da execução dos ativos não financeiros líquidos em 80,4% (+630,8 milhões de CVE), relativamente ao período homólogo do ano transato.

Quadro 1 - Evolução das Operações Financeiras do Estado

(em milhões de CVE)

	2023		2024		Grau Exec	Tax. Hom
	Orç. Inicial	Abr	Orç. Inicial	Abr		
1. Total Receitas	64 238	18 454	77 050	20 312	26,4	10,1
1.1 - Receitas Correntes (excluindo donativos)	58 230	17 831	70 640	19 749	28,0	10,8
Impostos	44 350	15 589	55 281	17 071	30,9	9,5
Segurança Social	71	22	56	25	44,1	12,2
Transferências (donativos)	6 009	623	6 410	563	8,8	-9,7
Corrente	2 970	470	5 888	477	8,1	1,5
Capital	3 038	154	521	86	16,5	-44,0
Outras Receitas	13 808	2 220	15 303	2 654	17,3	19,5
2. Total Despesas	66 108	18 378	74 417	20 203	27,1	9,9
Despesas com Pessoal	24 581	7 076	26 961	7 378	27,4	4,3
Aquisição de Bens e Serviços	14 765	3 117	16 960	3 754	22,1	20,4
Juros Correntes	5 877	1 866	6 238	2 032	32,6	8,9
Subsídios	2 022	778	1 870	741	39,6	-4,7
Transferências	6 502	1 733	7 867	2 034	25,9	17,4
Corrente	5 899	1 628	7 340	1 916	26,1	17,7
Capital	604	105	527	118	22,4	13
Benefícios Sociais	9 143	3 079	10 740	3 357	31,3	9,0
Outras despesas correntes	3 218	426	3 780	581	15,4	36,4
Valor a regularizar	0	303	0	326	0,0	7,8
3. Resultado Operacional Bruto	-1 869	77	2 633	108	4,1	41,4
4. Ativos não Financeiros	11 156	784	10 810	1 415	13,1	80,4
Compra ativos não financeiros	11 904	805	11 532	1 459	12,7	81,2
Venda ativos não financeiros	747	21	722	45	6,2	110,9
5. Saldo Global (1-2-4)	-13 026	-707	-8 177	-1 306	16,0	84,7
Saldo global (em percentagem do PIB)	-4,7	-0,3	-3,1	-0,5	-	-
Saldo Corrente Primario	1 573	1 894	8 877	2 173	-	-
Saldo Corrente Primario (em percentagem do PIB)	0,6	0,7	3,4	0,8	-	-
Saldo global Primário (5+juros)	-7 149	1 159	-1 938	726	-	-
Saldo global Primário (em percentagem do PIB)	-2,6	0,4	-0,7	0,3	-	-
6. Financiamento	13 026	1 287	8 177	1 256	-	-
6.1 Ativos Financeiros	1 955	-753	657	2 992	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Amortizações	194	47	247	341	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Concedidos	-1 851	-26	-516	-13	-	-
Acções e Outras Participações Mi - Aquisição	-2 200	-1 212	-2 600	-1 243	-	-
Acções e Outras Participações Mi - Alienação	2 123		2 311	1 323	-	-
Depósitos Cert. Poup. Mi - Levantamentos	3 685	438	1 215	2 583	-	-
6.2 Passivos Financeiros	11 071	2 040	7 520	848	-	-
Interno líquido	6 641	1 490	6 343	652	-	-
Sistema bancário		2 273		1 430	-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Aquisições	16 650		15 674		-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Amortizações	-9 823		-9 284		-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Amortizações Leasing	-187	-31	-47	-19	-	-
Despesa por compensar na conta do Tesouro no BCV	0	134		135	-	-
Pagamento de Cheques e transferência em trânsito	0	-1 029		-1 050	-	-
Outras operações de tesouraria	0	-213		594	-	-
Sistema não bancário	0	355	2 393	2 145	-	-
Externo líquido	4 430	550	1 177	196	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Aquisições	15 013	3 261	11 970	2 818	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Amortizações	-10 606	-2 711	-10 793	-2 622	-	-
7.GAP Financiamento (5 - 6)	0	580	0	-50	-	-

Fonte: MFFE/DNOCP

2. Análise das Receitas Totais

As receitas totais da Administração Central (incluindo vendas de ativos não financeiros) realizadas até abril de 2024 cifraram-se em 20.356,4 milhões de CVE, registando um acréscimo na ordem de 10,2%, comparativamente ao período homólogo.

Quadro 2 - Receitas Públicas Orçamentais

(em milhões de CVE)

Mapa 1 - Receitas por Classificação Económica	2023		2024		Grau Exec	Tax. Hom
	Orç. Inicial	Abr	Orç. Inicial	Abr		
Impostos	44 350	15 589	55 281	17 071	30,9	9,5
Imposto único sobre rendimentos	10 968	3 290	12 180	3 590	29,5	9,1
IR-PS	6 923	2 009	7 699	2 182	28,3	8,6
IR-PC	4 045	1 281	4 481	1 408	31,4	9,9
Outros impostos directos	165	263	654	296	45,2	12,4
Tributo Especial Unificado - TEU	132	263	654	295	45,1	12,0
Taxa de Incêndio	33	0	1	1	205,1	912,4
Imposto sobre bens e serviços	23 037	8 555	28 592	9 542	33,4	11,5
Imposto sobre o valor acrescentado	17 939	6 764	21 692	7 611	35,1	12,5
IVA DGA	9 551	3 326	12 904	3 316	25,7	-0,3
IVA DGCI	8 389	3 438	8 789	4 296	48,9	24,9
Imposto consumo especial	2 605	946	3 672	1 010	27,5	6,8
Taxa de Tabaco	470	89	628	70	11,2	-20,5
Contribuição turística	946	462	1 471	561	38,1	21,4
Taxa ecológica	756	202	800	196	24,5	-2,9
Taxa estatística aduaneira	320	93	327	92	28,2	-0,4
Impostos sobre transações internacionais	9 351	3 180	12 914	3 323	25,7	4,5
Direitos de importação	8 991	3 035	12 366	3 191	25,8	5,1
Taxa comunitaria CEDEAO	360	144	548	132	24,2	-8,1
Outros impostos	829	300	941	320	34,0	6,4
Imposto de selo	769	281	876	307	35,1	9,1
Imposto especial sobre jogos	60	19	65	13	19,3	-33,8
Segurança Social	71	22	56	25	44,1	12,2
Taxa social única	0	0	0	2	0,0	0,0
Contribuições para a segurança social	71	22	56	23	40,7	4,4
Transferências	6 009	623	6 410	563	8,8	-9,7
De Governos Estrangeiros	5 225	453	5 402	381	7,0	-16,0
Ajuda Orçamental	849	110	1 410	55	3,9	-50,0
Ajuda Alimentar	98	43	214	37	17,2	-14,8
Donativos directos	4 278	300	3 777	289	7,6	-3,7
De Organizações Internacionais	302	43	521	56	10,7	29,0
Das Administrações Públicas	481	127	487	126	25,9	-0,2
Outras Receitas	13 808	2 220	15 303	2 654	17	19,5
Rendimentos de propriedade	5 562	176	4 619	349	7,6	98,2
Venda de bens e serviços	6 716	1 818	8 258	2 012	24,4	10,7
Multas e outras penalidades	361	126	1 013	170	16,8	34,9
Outras transferências	391	29	456	44	9,6	50,7
Outras receitas diversas e não especificadas	778	72	958	79	8,3	10,6
Receitas	64 238	18 454	77 050	20 312	26,4	10,1
Ativos e Passivos	747	21	722	45	6,2	110,9
Ativos não Financeiros	747	21	722	45	6,2	110,9
TOTAL RECEITAS	64 986	18 475	77 772	20 356	26,2	10,2

Fonte: MFFE/DNOCP, a partir do GRE.

2.1. Receitas (não inclui venda de ativos)

Até abril de 2024, as receitas arrecadadas totalizaram o montante de 20.311,8 milhões de CVE, registando um acréscimo de 10,1%, comparativamente ao período homólogo. Esta performance resulta, por um lado, do aumento da arrecadação em sede dos impostos diretos (+9,4%), dos impostos indiretos (+9,6%), das outras receitas (+19,5%) da segurança social (+12,2%) e por outro lado da diminuição transferências (-9,7%).

Em relação aos impostos diretos, é de se destacar que o acréscimo 9,6% decorre da evolução das receitas arrecadadas em sede do:

- Imposto sobre rendimentos das pessoas singulares (IRPS), que se situou, no período em análise, em 2.181,6 milhões de CVE, registando um acréscimo em relação ao mesmo período do ano anterior, na ordem 8,6% (173,0 milhões de CVE), resultante da evolução positiva nas categorias que compõe o imposto, com exceção da categoria E. Comparativamente à previsão, verificou-se que o IRPS ficou abaixo do montante previsto, em (384,7 milhões de CVE; 15,0%);
- Imposto sobre rendimentos das pessoas coletivas (IRPC), que se cifrou, no período em análise, em 1.408,0 milhões de CVE, dos quais, 416,3 milhões de CVE provenientes do imposto sobre lucro e 991,7 milhões de CVE do pagamento fracionado, ficando acima da cobrança registada no período homólogo anterior, em 126,6 milhões de CVE (+9,9%) e da previsão em -85,7 milhões de CVE (-5,7%);
- Tributo especial unificado (TEU), registou no período em análise, uma execução de 294,6 milhões de CVE, traduzindo-se numa evolução positiva 31,5 milhões de CVE (+12,0%) comparativamente ao mesmo período do ano anterior, justificado pela cobrança de dívidas negociadas em prestações, cujo montante ascendeu os 27,4 milhões de CVE;
- A cobrança da taxa de incêndio (TI) no período em análise foi quase nula, uma vez que, constitui num imposto que é cobrado, essencialmente, no mês de junho com a entrega das contas dada a sua incidência sobre a coleta do IRPC.

Quanto aos impostos indiretos, o acréscimo de 9,6% deveu-se, essencialmente, às variações conjugadas das seguintes rubricas:

- Imposto sobre o valor acrescentado – o IVA registou no período em análise uma execução de 7.611,3 milhões de CVE, traduzindo uma evolução positiva de 847,3 milhões de CVE (+12,5%). Por fonte de arrecadação, constatou-se que em sede do IVA-DGA apurou-se um decréscimo de 0,3% (-10,1 milhões de CVE), enquanto o IVA-DGCI teve um acréscimo de 24,9% (+857,4 milhões de CVE). Esta evolução positiva reflete o aumento da cobrança registado, essencialmente, nos setores de:
 - alojamento e restauração (+475,9 milhões de CVE; +38,8%);
 - Comércio a grosso e a retalho (+97,3 milhões de CVE; +14,6%);
 - atividades financeiras e de seguros (+63,2 milhões de CVE; +63,6%) e
 - transporte e armazenagem (+55,6 milhões de CVE; +14,6%).

Também é de assinalar a cobrança de dívidas negociadas em prestações, que no período atingiu os 28,5 milhões de CVE, e o aumento do número de contribuintes que efetivaram o pagamento do imposto, passando de 1.720 em abril de 2023 para 1.849 em abril de 2024. De referir, que o desempenho do IVA poderia ainda ser melhor, se os contribuintes tivessem pago a totalidade do IVA devido constantes nas declarações entregues referente ao período, uma vez que, ficou ainda por pagar o montante de 280,9 milhões de CVE.

- Contribuição turística – a receita totalizou, no período, o montante de 561,1 milhões de CVE, registando um aumento face ao montante cobrado em igual período do ano anterior em (+99,0 milhões de CVE; +21,4%), justificado pelo aumento substancial da procura turística. Em relação à previsão, verificou-se também, uma cobrança acima do montante estipulado para o período em 70,8 milhões de CVE (+14,4%).
- Impostos sobre transações internacionais - essa receita registou um acréscimo de 4,5% (+143,8 milhões de CVE), comparado ao mesmo período do ano anterior. Em termos desagregados e em face ao período homólogo de 2023, verificou-se um aumento na arrecadação do direito de importação na ordem dos 5,1% (+155,5 milhões de CVE), justificado pelo aumento do volume da importação, e também se verificou um

decréscimo na arrecadação da taxa comunitária CEDEAO de 8,1% (-11,7 milhões de CVE).

- Imposto de selo – a cobrança em sede do imposto totalizou o montante de 307,1 milhões de CVE, dos quais 189,3 milhões de CVE provenientes das operações financeiras e 117,8 milhões de CVE dos atos jurídicos documentados, registando um acréscimo de 25,6 milhões de CVE (+9,1%) face ao período homólogo anterior e um acréscimo de 15,1 milhões de CVE (+5,2%) quando comparado com a cobrança prevista para o período.
- Imposto especial sobre jogos - a cobrança em sede desse imposto foi de 12,5 milhões de CVE, registando um decréscimo de 6,4 milhões de CVE, face ao período homólogo.
- A taxa estatística aduaneira com uma arrecadação de 92,4 milhões de CVE correspondente a um decréscimo de 0,4 milhões de CVE, quando comparado ao período homólogo.

Relativamente às transferências (com destaque aos donativos), registou-se uma execução de 562,7 milhões de CVE, traduzindo-se num decréscimo de 9,7% (-60,4 milhões de CVE), em face ao desembolso registado no período homólogo de 2023. Esta diminuição decorre das transferências de governos estrangeiros em -72,6 milhões de CVE e das transferências às administrações públicas em -0,3 milhões de CVE, conjugado com um aumento das transferências de organizações internacionais em +12,5 milhões de CVE.

No concernente as “outras receitas”, verifica-se um acréscimo de 19,5% (+433,4 milhões de CVE), em face da arrecadação no período homólogo do ano anterior, justificado, essencialmente, pela performance das seguintes rubricas:

- Rendimentos de propriedade (+172,8 milhões de CVE), justificado, essencialmente, pela venda da participação das ações da Caixa Económica de Cabo Verde e da renda de outras concessões;
- Venda de bens e serviços (+194,4 milhões de CVE), decorrente da taxa de Segurança Aeroportuária, da taxa de serviços de secretaria, da taxa de serviços de passaportes e outras taxas;

- Multas e outras penalidades (+43,9 milhões de CVE), sobretudo decorrente de arrecadação de multas por infrações ao código da estrada e juros de mora; e
- Outras transferências (+14,7 milhões de CVE).

2.2. Venda de Ativos Não Financeiros

Em abril de 2024, as receitas provenientes de Ativos Não Financeiros verificaram um acréscimo de 23,4 milhões de CVE comparativamente ao mesmo período de 2023, em face as vendas pontuais não registadas no ano passado.

3. Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros

3.1. Por Classificação Económica

As despesas totais (incluindo ativos não financeiros), em abril de 2024, atingiram os 21.662,7 milhões de CVE, registando um acréscimo de 12,9% em relação ao período homólogo de 2023.

Quadro 3 - Evolução das Despesas Totais por Classificação Económica

(em milhões de CVE)

Mapa II - Despesa por Classificação Económica	2023		2024		Grau Exec.	Tax. Hom
	Orç. Inicial	Abr	Orç. Inicial	Abr		
Despesas com Pessoal	24 581	7 076	26 961	7 378	27,4	4,3
Remuneração Certas e Permanentes	22 414	6 537	24 728	6 639	26,8	1,6
Segurança Social	2 167	539	2 233	739	33,1	37,0
Aquisição de Bens e Serviços	14 765	3 117	16 960	3 754	22,1	20,4
Juros Correntes	5 877	1 866	6 238	2 032	32,6	8,9
Dívida interna	2 315	1 116	3 827	1 077	28,1	-3,5
Dívida externa	3 486	709	2 313	946	40,9	33,3
Outros encargos	77	41	98	10	9,7	-76,9
Subsídios	2 022	778	1 870	741	39,6	-4,7
Transferências Correntes	6 502	1 733	7 867	2 034	25,9	17,4
Governos Estrangeiros	598	68	603	52	8,6	-24,5
Organismos Internacionais	474	10	472	58	12,3	473,3
Administração Pública	5 431	1 655	6 676	1 908	28,6	15,3
Para Outras Entidades			117	17	14,1	0,0
Benefícios Sociais	9 143	3 079	10 740	3 357	31,3	9,0
Outras Despesas Correntes	3 218	426	3 780	581	15,4	36,4
Valor a regularizar	0	303	0	326	0,0	7,5
Despesas	66 108	18 378	74 417	20 203	27,1	9,9
Ativos e Passivos	11 904	805	11 532	1 459	12,7	81,2
Ativos não Financeiros	11 904	805	11 532	1 459	12,7	81,2
TOTAL DESPESAS	78 012	19 183	85 949	21 663	25,2	12,9

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF

3.2. Despesas

A 30 de abril de 2024, as despesas (excluindo ativos não financeiros) executadas totalizaram o montante de 20.203,3 milhões de CVE, registando um acréscimo de 9,9% em relação ao executado em 2023. Esta evolução resultou do aumento da execução de despesas nomeadamente, aquisição de bens e serviços (+20,4%), transferências (+17,4%), benefícios sociais (+9,0%), outras despesas (+36,4%), juros correntes (8,9%) e da despesa com o pessoal (+4,3%), conjugado com a diminuição dos subsídios (-4,7%), conforme abaixo se apresenta:

- As “despesas com o pessoal” evidenciou um acréscimo na ordem dos 4,3% (+301,9 milhões de CVE), decorrente, essencialmente, do aumento de despesas com:
 - i. Pessoal contratado (+84,0 milhões de CVE), esta execução ocorreu sobretudo nas estruturas, da Educação, da Saúde, da Defesa Nacional e da Modernização do Estado e da Administração Pública. Esse aumento deriva-se em grande parte pelas contratações ocorridas conforme os despachos às seguintes Notas: (i) Nota n.º41/GMMEAP/2024; (ii) Nota n.º75/DGPOG-ME/2022; (iii) Nota n.º18/DGPOG-ME/2024, relativamente á prorrogação excecional de contratos de prestação de serviços;
 - ii. Gratificações Eventuais (+19,9 milhões de CVE), no Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial decorrente das gratificações na Direção Geral das Contribuições e Impostos;
 - iii. Contribuição para a segurança social (+204,2 milhões de CVE), na decorrência do pagamento das contribuições através da FOS (folha ordenado e salário);
 - iv. Formação (+9,6 milhões de CVE), sobretudo na Assembleia Nacional e no ministério, das Finanças e do Fomento Empresarial; e
 - v. Seguros de Acidentes no trabalho (+4,9 milhões de CVE), no Ministério da Justiça, no âmbito do pagamento da renovação da apólise do seguro de vida.
- A “Aquisição de bens e serviços” registou um acréscimo de 20,4% (+637,0 milhões de CVE) relativamente ao período homólogo do ano anterior, resultante do aumento das seguintes sub-rubricas:

- i. Medicamento (+177,8 milhões de CVE), referente a pagamentos de faturas junto da Emprofac, bem como o fornecimento de produtos farmacêuticos para as estruturas públicas de saúde;
- ii. Outros Serviços (+137,4 milhões de CVE), no âmbito da implementação dos seguintes projetos: “Energia Renovável e Melhoria da Eficiência Energética nos Serviços Públicos”, “Qualificação das Localidades”, “Aldeias Turísticas Rurais”, “Promoção Imagem do Turismo” “Formação de Guardas Prisionais” ambos financiados com recursos consignados do fundo do turismo e “Gestão e Apoio a Inspeção Zoo e Fitossanitária”;
- iii. Honorários (+80,3 milhões de CVE), com destaque aos setores da Saúde, das Finanças e do Fomento Empresarial, da Educação, da Agricultura e Ambiente e do Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro para a Juventude e Desporto;
- iv. Energia Elétrica (+69,8 milhões de CVE), como consequência da recentragem do tempo médio do pagamento, sendo essa execução com maior ênfase nos setores da Saúde, da Educação, da Administração Interna, das Finanças e do Fomento Empresarial e do Ministério da agricultura e Ambiente;
- v. Assistência Técnica – Não Residentes (+60,1 milhões de CVE) na sequência dos projetos “Passaporte Eletrónico - PEC”, “Harmonização e Melhoria das Estatísticas na Africa Ocidental”, “Dgpog - Cooperação Técnica”, “Cartão Nacional de Identificação -CNI”, “Elaboração do Plano Sanitário da Cidade de S. Filipe (Aps e Apd)”, “Título de Residência de Estrangeiros - TRE” e “Turismo Resiliente Desenvolvimento Economia Azul - Ptrdea/Mtt”;
- vi. Assistência Técnica – Residentes (+40,8 milhões de CVE), no âmbito dos projetos: “Sistema Integrado de Controlo de Fronteiras”, “Energia renovável e melhoria da eficiência energética nos serviços públicos”, “Harmonização e melhoria das estatísticas na Africa Ocidental” e “Capital Humano - Setor Família e Inclusão Social”; e
- vii. Publicidade e Propaganda (+25,9 milhões de CVE), com destaque Ministério da Agricultura e Ambiente, Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro para a Juventude

e Desporto, Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial, Ministério da Saúde e Ministério do Turismo e Transportes.

- A despesa com os juros registou um acréscimo de 8,9% (+166,1 milhões de CVE), comparado com o mesmo período de 2023, resultado do aumento das despesas com os juros da dívida externa em 33,3% (+236,5 milhões de CVE) e da diminuição da componente interna em -3,5% (-38,9 milhões de CVE).
- Os “Subsídios” registaram um decréscimo de 4,7% (-36,9 milhões de CVE), em face aos subsídios transferidos no mesmo período de 2023, justificado pela descontinuidade das medidas de política para reforçar a resiliência do sistema petrolífero e do sistema alimentar face a escalada de preços a nível internacional.
- Os “Benefícios Sociais” aumentaram 9,0% (+278,0 milhões de CVE), decorrente do aumento atribuído pelo Governo às pensões, nos termos do número 5 do artigo 10º da Lei do OE 2024, bem como da dinâmica esperada do aumento do número dos pensionistas, traduzindo num aumento dos encargos com as pensões de aposentação em 7,3% (+139,7 milhões de CVE), pensões de sobrevivência em 19,1% (+24,7 milhões de CVE), pensões do regime não contributivo em 4,4% (+30,6 milhões de CVE) e evacuação de doentes em 46,4% (+53,2 milhões de CVE).
- As “Transferências” tiveram um agravamento de 17,4% (+301,1 milhões de CVE), comparado com o mesmo período do ano transato, impulsionado pelo aumento das despesas na rubrica “Municípios corrente” em 28,5% (+354,8 milhões de CVE), no âmbito do acordo de crédito novos bloco residencial Sal e Boavista, Desembolso da 2ª requalificação Praia Curraletes decorrente dos contratos programas financiados pelo Fundo de Desenvolvimento do Turismo” e “Quotas a Organismos Internacionais Correntes” em +48,0 milhões de CVE, decorrente das taxas de pagamento União Africana.
- As “Outras Despesas Correntes” apresentaram um acréscimo de 36,4% (+155,0 milhões de CVE), comparativamente ao mesmo período de 2023, justificado pelas rubricas: Transferência de Capital para as famílias em (+73,9 milhões de CVE), Id Outras Capital

em (+57,1 milhões de CVE), Organizações não Governamentais 135,7% (+55,4 milhões de CVE), Bolsas de estudo e outros benefícios educacionais em 21,2% (+35,7 milhões de CVE) e Restituição IVA em 110,3 (+31,4 milhões de CVE).

O valor da despesa por regularizar, em abril situou-se na ordem dos 326,4 milhões de CVE, referente aos adiantamentos efetuados às Missões Diplomáticas e Postos Consulares, que são posteriormente regularizadas, que decorrerá no processo de consolidação das contas públicas, aquando da apresentação das contas de gerência.

3.2.1. Ativos Não Financeiros

A execução dos “Ativos Não Financeiros” ascendeu ao montante de 1.459,4 milhões de CVE, registando uma variação positiva em termos absolutos, de 654,2 milhões de CVE, comparativamente à execução de 2023.

O montante executado decorre, essencialmente, nas seguintes unidades orçamentais: “Programa de Reabilitação, Requalificação Urbana e Acessibilidades” com uma execução de 363,4 milhões de CVE, “Habitações Sociais” com uma execução de 314,9 milhões de CVE, “Construção da nova escola da Várzea” com uma execução de 164,4 milhões de CVE, “Preparação Projeto Cabo Verde Digital” com uma execução de 77,7 milhões de CVE, “Parque Tecnológico” com uma execução de 66,9 milhões de CVE, “Terminal de Cruzeiros” com uma execução de 42,1 milhões de CVE, “Sistema de produção e distribuição de água em Santiago” com uma execução de 30,7 milhões de CVE, “Fundo de Modernização da Justiça” com uma execução de 30,7 milhões de CVE, “Aquisição de bens e serviços” com uma execução de 24,4 milhões de CVE, “Licença de aplicativos UTIC” com uma execução de 21,5 milhões de CVE, “Turismo Resiliente e Desenvolvimento da Economia Azul em Cabo Verde/ Mihot” com uma execução de 21,4 milhões de CVE, “Funcionamento - Assembleia Nacional” com uma execução de 20,8 milhões de CVE e “Construção do complexo educativo Chã de Matias” com uma execução de 20,0 milhões de CVE.

3.3. Por Tipo de Financiamento

No que tange ao financiamento das despesas executadas, nota-se que 94,1% das despesas totais (despesas e ativos não financeiros) foram financiadas com recursos do Tesouro e 5,9% com recursos externos.

Ao nível dos recursos externos:

- Os donativos, na modalidade de financiamento direto aos projetos, totalizam o montante 446,0 milhões de CVE, sendo os financiadores com maior execução, o Luxemburgo com 212,5 milhões de CVE, o Portugal com 32,1 milhões de CVE, a Nama Facility-Giz com 22,6 milhões de CVE, a O.M.S com 22,4 milhões de CVE, o Banco Europeu de Investimento com 18,0 milhões de CVE, P.N.U.D. com 15,6 milhões de CVE a EC Nações Unidas com 14,6 milhões de CVE União, a União Europeia com 14,2 milhões de CVE e o Instituto da Cooperação da Língua Portuguesa – Camões com 14,0 milhões de CVE;
- Os empréstimos externos ascenderam, a 637,8 milhões de CVE, equivalente a 50,1% do total do financiamento externo. Esses financiamentos foram canalizados para programas, com destaque a “Preparação Projeto Cabo Verde Digital” (134,2 milhões de CVE), “Energia Renovável e Melhoria da Eficiência Energética nos Serviços Públicos” (113,8 milhões de CVE), “Harmonização e Melhoria das Estatísticas na Africa Ocidental” (74,3 milhões de CVE), “Sistema de produção e distribuição de água em Santiago” (42,8 milhões de CVE) e “Terminal de Cruzeiros” (42,1 milhões de CVE).

Quadro 4 - Evolução das Despesas Totais por Tipo de Financiamento

(em milhões de CVE)

Financiamento	OE	Abril	Grau Exec.	Peso %
Interno	73 124	20 390	27,9	94,1
Tesouro (Rec. Int.)	71 753	20 384	28,4	100,0
OFN	1 371	6	0,4	0,0
Externo	12 824	1 272	9,9	5,9
Donativo	4 394	446	10,2	35,1
Empréstimo	8 388	638	7,6	50,1
Ajuda alimentar	42	188	448,6	14,8
Total da Despesa	85 949	21 663	25,2	100,0

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF.

4. Dívida Pública

Em 30 de abril de 2024, o stock da dívida pública, atingiu o montante de 300.133,3 milhões de CVE, cabendo à dívida interna 96.971,3 milhões de CVE (34,8% do PIB) e à dívida externa 203.162,1 milhões de CVE (72,9% do PIB). Nesta sequência, o rácio dívida pública/PIB¹ atingiu os 107,7%, cerca de 4,4 p.p. abaixo do registado em abril de 2023.

Quadro 5 – Evolução da Dívida Pública

(em milhões de CVE)

	abril 23	abril 24	Var. Hom	% PIB/23	% PIB/24
Estoque Global	295 732,3	300 133,3	1,5	112,1	107,7
Dívida Interna	92 910,1	96 971,3	4,4	35,2	34,8
Dívida Externa	202 822,3	203 162,1	0,2	76,9	72,9

Fonte: MFFE/ DGT

¹ Considerou-se o *rebased* do PIB.